

Histórias descontínuas¹

Paulo Niccoli Ramirez*

Resumo

Este artigo pretende apresentar discontinuidades entre as elaborações racionais humanas modernas e os seus resultados. Mais precisamente, relata histórias nas quais planos aparentemente bem intencionados que visam o bem-estar culminaram em fracassos imprevistos e sem precedentes.

Abstract

The following article intends to show the discontinuities between modern human rational developments and their results. More precisely, it tells stories where apparently well-meaning plans targeting welfare end up giving rise to unforeseen and unprecedented failures.

Há um quadro de Klee intitulado Angelus Novus. Nele está representado um anjo, que parece querer afastar-se de algo a que ele contempla. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão prontas para voar. O anjo da História deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros sobre escombros, arremessando-os diante dos seus pés. Ele bem que gostaria de poder parar, de acordar os mortos e de reconstruir o destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso, aninhando-se em suas asas, e ela é tão forte que ele não consegue mais cerrá-las. Essa tempestade impele-o incessantemente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce ante ele até o céu. Aquilo que chamamos de progresso é essa tempestade.
(Walter Benjamin. *Teses sobre o conceito da História* - IX Tese)

O desenvolvimento das sociedades ocidentais através do acúmulo de capital durante todo o período que corresponde à modernidade pretendeu trazer aos homens a plena segurança, o conforto e o bem-estar. O

¹ Esta reflexão foi desenvolvida a partir da atividade programada *Riscos e incertezas no debate sociológico contemporâneo* lecionado pela professora Leila Blass no segundo semestre de 2005 no Programa de Estudos Pós-graduandos em Ciências Sociais PUC-SP.

* Mestre em Sociologia pelo Programa de Estudos Pós-graduandos em Ciências Sociais PUC-SP e aluno do quarto ano de filosofia da USP. Dissertação de mestrado: *Dialética da cordialidade: afinidades eletivas benjaminianas no pensamento político e social de Sérgio Buarque de Holanda*. E-mail: paulopnr@gmail.com

conhecimento produzido pelos saberes científicos foi capaz de desbravar o universo, de modo que procurou aperfeiçoar a vida humana. A racionalidade da ciência moderna, despertada principalmente a partir de Descartes, possuía como finalidade um projeto ou método que fosse capaz de prover ao homem gozo, saúde e estabilidade, a partir do conhecimento e controle das leis da natureza. O homem não mais estaria sujeito à natureza, ao contrário, agora este passaria a ser o senhor de todo o universo com os seus saberes científicos. Segundo Descartes,

[...] poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próximos, e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza. O que é desejar, não só para a invenção de uma infinidade de artificios, que permitem gozar, sem qualquer custo, os frutos da terra e todas comodidades que nelas se acham, mas principalmente também para a conservação da saúde, que é sem dúvida o primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida (Descartes, 1996: 116).

Conhecer todas as manifestações da natureza tornou-se a obsessão do pensamento moderno. Sua ambição é afastar definitivamente dos homens o acaso e a contingência. Todos os elementos da natureza – dos mais simples objetos até os próprios homens – estariam submetidos ao crivo da razão, sendo matematizados, a fim de controlá-los eficazmente. O conhecimento científico, portanto, aprofunda e aprimora suas observações, compreende cada vez mais o universo e passa a gerir e organizar o mundo humano.

Contudo, este excesso de conhecimento e racionalidade, que deseja ser capaz de controlar toda e qualquer intempérie da natureza, origina uma série paradoxos antes não existentes. Ou seja, na modernidade o homem é responsável pela criação de seus próprios riscos e incertezas, os quais não estavam previstos no projeto de consolidação de um devir, em que esperava-se que estivesse banhado de gozo, bem-estar e segurança.

Ocorre que a sociedade está sempre em movimento, metamorfoseia-se constantemente, de forma que concepções racionalizantes que visam determinar uma organização de mundo pronta e acaba, isto é, estática, tendem a produzir descontinuidades e rupturas indesejadas que prevalecem sobre a ação humana. Este fenômeno não diz respeito ao surgimento de um acaso triunfante da natureza sobre as ações humanas (como indicam os

frankfurtianos), na realidade representa um risco produzido eminentemente pelas opções e ações dos homens. Logo, é exatamente nisto que consiste o referido paradoxo: a humanidade cria seus próprios entraves na medida em que conhece excessivamente o mundo e aplica este conhecimento sobre os próprios homens. Há um turbilhão que não cessa. Quanto maior as energias depositadas para solucionar faltas e obstáculos em nome da comodidade dos homens, maior será a quantidade de novos desequilíbrios. O homem escolhe este destino, ainda que seus resultados sejam imprevisíveis!

Giddens, por exemplo, na obra *As conseqüências da Modernidade* (1999), designa este fenômeno paradoxal com o nome de “desencaixe”. Por desencaixe entende-se, em linhas gerais, o abismo existente entre o diagnóstico presumido pelo conhecimento científico e as práticas efetivas de melhorias da existência humana. Em outras palavras, o excesso de conhecimento produz sucessivamente novos problemas que fogem ao controle dos homens, mas que só podem ser solucionados por eles próprios. Nesse sentido, a história não se apresentaria de forma linear e evolutiva, mas a partir de discontinuidades e rupturas crescentes que conduzem a humanidade a novos e inesperados rumos.

Zygmunt Bauman, em *Modernidade e Ambivalência* (1999), por sua vez, designa este fenômeno que produz paradoxos modernos como “ambivalência”. A ambivalência refere-se ao fato de o conhecimento gerar novas questões de maneira incessante, os quais somente podem ser solucionados pelo próprio saber. Mas solucionar uma questão é dar origem a muitas outras, de modo que não é possível um conhecimento totalizante sobre o mundo, uma vez que o movimento humano é perpétuo e, enquanto tal, jamais interrompe a criação de eventos descontínuos. Novos paradoxos surgem por haver a otimização dos saberes científicos.

A ambivalência é um subproduto do trabalho de classificação e convida a um maior esforço classificatório. Embora nascida do impulso de nomear/classificar, a ambivalência só pode ser combatida com uma nomeação ainda mais exata e classes definidas de modo mais preciso ainda: isto é, com operações tais que farão demandas ainda mais exigentes (contrafactuais) à descontinuidade e transparência do mundo e assim darão ainda mais lugar a ambigüidade (Bauman, 1999: 11)

Dessa forma, estas discontinuidades são inerentes à modernidade, uma vez que a ação humana provê riscos e incertezas à sociedade. Karl Marx no *Manifesto do Partido Comunista* observa claramente este processo, no qual a burguesia impulsiona o avanço científico e tecnológico jamais realizado pela humanidade, ao passo que torna rapidamente seus avanços obsoletos e sua classe prestes a sucumbir, isto é, cria riscos e incertezas à medida que o próprio saber humano se desenvolve. Há, portanto, uma necessidade de ruptura e superação drásticas com as antigas (mesmo recentes) tradições, o que impulsiona a sociedade moderna e burguesa ao constante processo de modernização:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto de relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas (MARX, 2001: 69).

O conhecimento científico ramifica seus questionamentos para cada fenômeno estudado. De acordo com Prigogine (1995), o saber que se lança sobre o mundo eleva inesgotavelmente a quantidade de narrativas teóricas, umas sobre as outras sem um parecer final absoluto, algo próximo às histórias repletas de discontinuidades de Sherezade nas *Mil e uma noites*. Do mesmo modo, George E. Palade concebe o processo científico como uma longa cadeia de interrogações, de maneira que novas questões impõem-se inesgotavelmente:

O processo científico é uma longa cadeia de interrogações. Cada questão que encontrou sua resposta abre novo campo de investigação a explorar. O programa avança lentamente em direção a uma resposta ainda desconhecida. Se todos os cientistas fazem perguntas específicas no quadro de seu programa de pesquisa, raros são os que

se arriscam a ampliar suas investigações a um campo ou a um ramo da ciência.²

Segundo Ulrich Beck (2000), a sociedade moderna produz uma autodestruição criativa. O progresso e o desenvolvimento social produzem a destruição da própria sociedade, o que caracteriza a “modernização reflexiva”: “modernização reflexiva significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa de toda uma época: a sociedade industrial. O sujeito desta destruição criativa não é a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (Beck, 2000: 2). Sob este aspecto, a noção de modernização reflexiva envolve o preceito de que a sociedade está em movimento perpetuo e produz mudanças, contradições, ambivalências, crises e descontinuidades.

A partir disso emerge uma sociedade de risco, ou seja, reina a imprevisibilidade, posto que os empreendimentos humanos tornam-se insuficientes para lidar com os paradoxos e conflitos gerados pela sua própria ação. Somente o excesso do conhecimento é capaz de produzir o irracional. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, os riscos são combatidos pela ação racional humana. Como breves exemplos, podemos mencionar o caso do alastramento das “companhias de seguro” ou até mesmo o “seguro saúde” que visam antecipar uma catástrofe eminente, ainda que absolutamente nada tenha ocorrido.

Portanto, a reflexividade resulta do não conhecimento [temporário] produzido pelo próprio saber, uma auto-confrontação com a sociedade de risco. Em outras palavras, a reflexibilidade demonstra a degradação humana por meio das técnicas de conhecimento (a reflexão), ao passo que aponta para as possibilidades de melhorias e aperfeiçoamentos da sociedade, processo este também designado como “modernização da modernização”. Isto revela o caráter de dinamismo constante, de transformação e movimento da sociedade, geradas a partir do risco.

Esta modernização da modernização é também, politicamente, um fenômeno importante que requer a maior atenção. Por um lado, implica inseguranças profundas, difíceis de delimitar. Ao mesmo

² Reflexão presente no artigo *Não paramos de perguntar*.

tempo, a modernização reflexiva abarca apenas um dinamismo de desenvolvimento que pode, por si só, ter conseqüências precisamente opostas. A isto se junta, em vários continentes e grupos culturais, o nacionalismo, a pobreza em massa, o fundamentalismo religioso de várias facções e credos, as crises econômicas e ecológicas, as possíveis guerras e revoluções, sem esquecer os estados de emergência produzidos por acidentes catastróficos; ou seja, o dinamismo conflituoso da sociedade de risco, no sentido mais restrito (Beck, 2000: 4).

Passemos agora a avaliação de alguns exemplos ou histórias paradoxais que envolvem o aprimoramento do conhecimento científico e técnico e, conseqüentemente, as discontinuidades causadas por eles.

* * *

Na obra *Uirá vai ao encontro de Maíra* de Darcy Ribeiro (1980) há um caso mítico-religioso relevante cujo protagonista é um homem, Uirá, pertencente ao povo índio Urubu Kaapor que saiu à busca de Deus (Maíra), em 1939. Depois de intensos fracassos nos seus intentos, morre ao lançar-se ao rio Pindaré, na localidade de São Pedro no Maranhão. Uirá é o ator de um movimento que poderíamos considerar uma experiência particular, decorrente da expansão colonizadora frente aos “índios” encontrados em território brasileiro.

Tratava-se, na realidade, de um movimento civilizatório em todo o país, tendo como objetivo colonizar áreas consideradas primitivas e levar a elas o progresso. Havia a ambição de tornar aquelas sociedades rústicas mais dignas, isto é, homens civilizados que fossem capazes de possuir o fino trato como os indivíduos que vivem sob a égide de um dever promissor. Ao invés de tornar Uirá um ser “civilizado”, na verdade esta personagem é vítima da expansão da “civilização”. Uirá enquadra-se em tradições culturais particulares que quando atingidas bruscamente, forçam-no a abandonar radicalmente seus padrões culturais: “perdem o interesse pela existência, tal como ela se oferece” (Ribeiro, 1980: 14).

O contato da “civilização” com os índios Urubus durante vinte e cinco anos, provocou a morte por epidemias de cerca de dois terços de sua população. Além disso, o progresso e tecnologia esboçavam uma sensação de *final de mundo* às sociedades locais, intensificando a crença coletiva nos mitos dos xamãs, os quais estavam convictos de que o fim de tudo quanto

existe estava muito próximo. Isto provocou o pânico e temor àquelas sociedades. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Percorrendo as aldeias Urubus em 1951, registramos o caso de um índio que se matou vazando o pescoço com uma flecha, em virtude do pavor a que fora levado por um pajé Tembê que o convencera de que o avião comercial, que sobrevoa semanalmente o território tribal, iria despejar do céu uma chuva de fogo. Toda a gente de outro grupo local destruiu as casas e os bens mais preciosos – as coleções de adornos plumários – para seguir o mesmo pajé que profetizava o fim do mundo pelo estouro do sol (Ribeiro, 1980: 16).

Desengano, mortes por epidemias, a expansão da “civilização” e crenças mítico-religiosas, são as causas que levaram Uirá à busca de Maíra. Segundo o pensamento mítico dos Urubus, Maíra é o herói-civilizador e mítico, responsável pela criação do mundo e dos homens e, por isto, representa a esperança dos mbya (o paraíso) que deve ser alcançada.

Uirá, seguindo sua missão, dirige-se à civilização, onde ninguém o compreende. Suas descrições míticas são menosprezadas e ridicularizadas, além de Uirá sofrer espancamentos realizados pelos homens brancos. Não poderia haver retorno algum à aldeia natal nesta viagem ao mundo do progresso de nosso personagem. Encontrar Maíra era a meta a ser alcançada, devido ao conjunto de crenças arraigadas aos Urubus.

A mitologia Urubu sugere que Maíra identifica-se com o caminho do mar. Não restando outra alternativa, Uirá para alcançar seu herói-mítico atira-se ao rio Pindaré, ao descobrir que em vida não é possível o caminho para Maíra, senão pela morte.

* * *

Outro relato impressionante presente na dissertação de mestrado *Krahô, Cupen, Turken: o uso de bebidas alcoólicas e as máquinas sociais primitivas* de Rodrigo Barbosa Ribeiro (2001)³ demonstra o paradoxo gerado pelas práticas racionais civilizatórias no Brasil que visam logro e progresso aos seus habitantes, mas que culminam em novos entraves a partir da intervenção humana, diz respeito ao povo *Krahô* localizado ao norte de

³ Professor do departamento de antropologia PUC-SP.

Tocantins entre os rios Manuel Alves Pequeno, Manuel Alves Grande e Vermelho.

Segundo a descrição Rodrigo Barbosa Ribeiro, os Krahôs passaram a sofrer no final da década de 1970 a intervenção protecionista da FUNAI, a qual almejava tornar as populações autóctones em agricultoras. Ao longo dos anos houve a substituição de espécies nativas por outras, de modo a produzir grandes lavouras organizadas a partir de técnicas mais modernas de produção. O milho tradicional dos Krahôs de menor produtividade, porém mais resistente às condições climáticas da região, foi substituído por outras espécies híbridas (geneticamente modificadas) de produtividade elevada. Entretanto, as novas sementes precisavam ser repostas periodicamente, o que não ocorreu. A produtividade ficou muito aquém da almejada pela FUNAI e a dependência desta sociedade ao órgão governamental só aumentou.

Além do milho, a FUNAI incentivou a produção de arroz, o que inevitavelmente diminuiu as áreas destinadas a outros cultivos tradicionais. A caça, que sempre forneceu carne à sociedade, resistiu à sua substituição pela criação de gado, embora a expansão dos agricultores da região diminua consideravelmente a sua prática. Muitos outros indígenas foram contratados para tomar parte da Guarda Rural Indígena. Como não possuíam tempo para a produção de alimentos, a FUNAI remunerou-os com um salário mínimo que, evidentemente, apenas poderia ter alguma utilidade nas cidades próximas e não na aldeia. Para solucionar esta barreira, o órgão do governo criou uma “cantina” naquele povoado para suprir as necessidades alimentares dos Krahôs.

Em decorrência disto, com a presença deste estranho elemento chamado dinheiro e da cantina, os indígenas começaram a utilizar sabão para lavar suas roupas, fósforos, calções, sal, açúcar, café etc. Tão logo, com o excedente de seus salários, apareceram as espingardas calibre 22, sendo abandonada a antiga espingarda pica-pau. Cada vez mais a sociedade (amigos e parentes dos assalariados) tornou-se dependente da cantina.

Os mais recentes assalariados (contratados esporadicamente para a vigilância do gado de uma fazenda próxima, ganhando R\$10,00 ao dia;

monitores indígenas de saúde que recebem um salário mínimo da FUNASA; funcionários do Posto Administrativo da cidade de Itacajá, para o cuidado de assuntos referentes a esta população; ou pensionistas do INSS, geralmente os trabalhadores rurais aposentados) costumam possuir contas nos estabelecimentos das cidades mais próximas, principalmente em Itacajá. No dia do pagamento constitui-se uma excursão de compradores, curiosos, amigos e parentes dos mais idosos ou incapacitados, e é muito comum deixar todo o salário – e em alguns casos o cartão de crédito com sua senha – nas mãos dos comerciantes de outras cidades, promovendo algumas acusações de mau uso, roubo e desperdício do dinheiro, uma vez que os Krahô não dominam muito bem o sistema aritmético do homem branco (o *cupen*).

Conforme aponta Rodrigo Barbosa Ribeiro, os principais produtos adquiridos na cidade são: querosene, panelas, sal, açúcar, farinha de mandioca, óleo de soja, carne de gado, porco, peixe, arroz, feijão, fava, munição para as espingardas, calções, cortes de pano e cachaça. Este último produto mereceu atenção na referida dissertação de mestrado. A cachaça é uma bebida muito apreciada pelos Krahôs. A bebida, segundo as suas concepções e crenças, é capaz de torná-los, por algumas horas, como os *cupens* (os homens brancos). O consumo é elevado durante toda a viagem de volta à aldeia, pois existem restrições sociais à bebida no povoado, o que não a impede de ser consumida fora dele.

O álcool é consumido rapidamente e na falta dele o combustível dos veículos também é degustado. O alcoolismo ou o vício na bebida é bastante elevado na aldeia, levando muitos a mendigarem nas cidades em nome da bebida. Já os outros alimentos são devorados velozmente, posto que é comum entre os Krahôs consumir tudo o que houver, enquanto houver, já que não existem horários estabelecidos e rígidos para as refeições, como ocorre com os *cupens*.

Como a produção local é cada vez mais escassa, os Krahôs tornaram-se absolutamente dependentes das formas de existência das cidades vizinhas e dos órgãos do governo. Lembremo-nos que todo este processo de dependência é originado pelas ações tutelares da FUNAI, a qual pretendia

doar aos indígenas técnicas mais modernas e racionais de produção para que esta sociedade pudesse viver com gozos jamais vistos. Eis o paradoxo da ação humana!

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (*Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 231*).

* * *

A partir do final da década de 1970, o Estado fundamentado no bem-estar social começa a ruir nos países industrialmente mais desenvolvidos (França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha). Sua idéia original sustentava a premissa do trabalho produtivo e participação ativa dos trabalhadores no mercado de trabalho. Ou seja, deveria existir uma sociedade eminentemente produtiva sob a tutela ou controle do Estado, capaz de consolidar a sua política. Este sistema comportaria jovens trabalhadores, os quais seriam responsáveis (por meio de seu trabalho) pelo sustento do mecanismo social de bem-estar capaz de prover a aposentadoria aos mais idosos que, por sua, gozariam de estabilidade até o final de suas vidas.

Eis que emergem inúmeras contradições e riscos a partir desta política técnica e racional, apenas compatível com um padrão cultural pós-guerra, ou seja, com uma população jovem e com a presença de um número limitado de sobreviventes de guerra. Primeiro houve progressivamente nestes países uma redução considerável da taxa de natalidade, ao mesmo tempo em que a expectativa de vida aumentou abruptamente, dado os avanços científicos capazes de prolongar a vida humana na terra. Mas como sustentar tantos idosos (que não morrem tão cedo) com um número cada vez menor de jovens? A importação de mão-de-obra estrangeira seria uma solução possível, mesmo ocorrendo uma mecanização crescente da indústria e diminuição dos postos de trabalho? Somente o excesso de técnica – do Estado e dos meios de produção – é capaz de gerar estas descontinuidades.

Além disso, entre estes poucos jovens aptos ao trabalho, pequeno é o número dos que são os interessados no ingresso à vida produtiva do

mercado, ou seja, são voluntariamente desempregados. Na Alemanha, segundo as indicações de Beck, há o movimento de “Desempregados Voluntários”. Não se trata de homens vagabundos que não tem nada o que fazer de suas vidas, ao contrário, são homens que querem ocupar o seu tempo com afazeres que lhes são interessantes. Querem se libertar do domínio do mundo do trabalho e para isto aproveitam-se do seguro desemprego idealizado pela política de bem-estar social do próprio governo:

[...] Eu me refiro a uma iniciativa relativamente modesta, em Berlim, que se denomina “Desempregados Voluntários” e rejeita os atuais padrões de avaliação do desemprego como o empobrecimento e a perda da identidade, dizendo: nós, desempregados, nada temos de desempregados nesse sentido, somos “plenamente ocupados”, sabemos muito bem nos ocupar. No entanto, precisamos de auxílio-desemprego para fazer o que nos é importante. Nesse aspecto, somos beneficiários desse auxílio, mas estamos conquistando novos espaços, fora da sociedade do trabalho, nos quais fazemos o que consideramos verdadeiramente relevante. E, além disso, somos o grupo capaz de reformular o cânone da crítica à sociedade do trabalho produtivo, à sua alienação, ao seu esvaziamento crescente, ao seu vazio de sentido [...] (Beck: 2000: 116).

Talvez antecipando estas conclusões mais recentes, Walter Benjamin tenha sido capaz de avaliar com maestria este movimento da sociedade. Segundo o filósofo, os homens que conduzem às transformações sociais reais não são necessariamente os que estão vinculados a um partido ou consciência de classe, mas os “inadaptados” ao mundo do trabalho, os que se recusam a se submeter às normas rígidas da sociedade, os que estão à margem deste universo, como é o caso da célebre figura do *flâneur* (além dos artistas, filósofos, vanguardas e afins), ao passo que possuem potencialidade ímpar. Recusam-se ao mundo do trabalho porque terão a sua criatividade castrada pelo universo burocrático que nada mais realiza, a não ser oferecer esmolas aos trabalhadores que não reconhecem o seu próprio trabalho realizado. A imagem da *flânerie* de Baudelaire descrita por Benjamin torna-se muito instrutiva quanto a estas questões: “A ociosidade do *flâneur* é uma demonstração contra a divisão social do trabalho” (Benjamin: 1989: 199)

Robert Castel em *A insegurança social* (2005) avalia esta transformação como um processo de crescente afastamento do indivíduo em relação às organizações coletivas, uma vez que o projeto de promover o bem-

estar social fracassou tanto pela ação dos governos, quanto dos sindicatos. A tendência contemporânea é a de que ocorra nos homens trajetórias fundadas num modelo biográfico desagregado das instituições, posto que paira sobre a sociedade profundas inseguranças e riscos, de modo que não há mais trabalho algum no mercado que possa garantir estabilidade e sustento pleno à existência. Em decorrência disso, são comuns as sucessivas trocas de empregos. Este fenômeno revela a profunda queda do trabalho produtivo burocraticamente organizado como alicerce de uma sociedade “feliz” e repleta de “bem-estar social”. O trabalho perde a sua primazia tão presente nos dois séculos anteriores, chamados de primeira modernidade, tornando-se cada vez mais vulnerável ao desenvolvimento das tecnologias e da ciência. A sociedade transforma-se constantemente dando origem a uma segunda modernidade, em que o trabalho produtivo, coletivo e seguro, não mais é mais sinônimo de progresso amplo.

Tendo em vista estes exemplos, não é possível uma história linear, cujo futuro é certo e acabado. Não há um ponto de partida, tampouco um ponto de chegada preestabelecido. A história de cada homem e de cada sociedade está repleta de incertezas e possibilidades geradas pelos seus empreendimentos e ações racionais escolhidas. Uma constelação de significados e de ramificações de direções, apenas possíveis à medida que a sociedade se movimenta, age e buscam otimizar a existência da sociedade. No entanto, a história é descontínua e banhada de riscos, seu devir jamais é o que estava previamente estipulado pelos saberes técnico e científico, mas são estes conhecimentos dos homens sobre o mundo que produzem os paradoxos da vida em sociedade.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

BENJAMIN, Walter (1985). *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (1989). *Obras escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense.

BECK, Ulrich (2000). *Liberdade ou capitalismo*. São Paulo: Unesp.

_____ (2000). *Modernização reflexiva*. Celta Editores.

CASTEL, Robert (2005). *A insegurança social*. Petrópolis: Vozes.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil (1989). Brasília: Ministério da Educação.

DESCARTES, René (1996). *Discurso do Método*. São Paulo. Os pensadores, Nova Cultural.

GIDDENS, A (1999). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

LÖWY, Michel (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl (2001). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Editora Vozes.

PRIGOGINE, Ilya (1995). *A idéia da certeza conduz a contradições*. Caderno Ciência. Mais. Folha de São Paulo. 26/3/1995, p. 6-17

RIBEIRO. Darcy (1980). *Uirá sai a procura de Deus*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RIBEIRO, Rodrigo Barbosa (2001). *Krahô, Cupen, Turken: o uso de bebidas alcóolicas e as máquinas sociais primitivas*. São Paulo: PUC-SP.